



**PAUTA
PARA A 184ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1415, de 2014, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a Associação Isabel Exel Boemer - AIEB, em Sorocaba.

2 - Projeto de lei nº 1416, de 2014, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dispõe sobre a construção do Centro de Medicina de Reabilitação Lucy Montoro, anexo ao Hospital Regional Estadual de Presidente Prudente.

3 - Projeto de lei nº 1417, de 2014, de autoria do deputado Beto Tricoli. Institui o "Dia da Consciência e Atitude Psicossomática" no Estado.

4 - Projeto de lei nº 1418, de 2014, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública o "Grupo Amigas do Peito de Bauru", naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 1419, de 2014, de autoria do deputado Milton Vieira. Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1413, de 2014, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Antonio Candido de Camargo Guimarães" ao viaduto localizado no km 329,1 da Rodovia Deputado Leonidas Pacheco Ferreira - SP 304, em Bariri.

2 - Projeto de lei nº 1414, de 2014, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara a "Capoeira" como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

3 - Moção nº 105, de 2014, de autoria do deputado Campos Machado. Manifesta veemente protesto contra as ofensas morais proferidas pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) contra a Deputada Maria do Rosário (PT-RS), no discurso do dia 09 de dezembro de 2.014 e apela para o Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de que advirta o Deputado Bolsonaro sobre os atos praticados na tribuna daquele parlamento.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a denominação dos Foros Distritais do Interior e a entrância de Unidades Judiciárias do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 50, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a extensão da Lei Complementar nº 432, de 1985, aos servidores do Quadro do Tribunal de Justiça.

3 - Projeto de lei Complementar nº 51, de 2014, de autoria do deputado Edson Giriboni. Integra na Região Metropolitana de Sorocaba o município de Itapetininga.

4 - Projeto de lei nº 1407, de 2014, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado os espaços teatrais que especifica.

5 - Projeto de lei nº 1408, de 2014, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a desapropriar e declarar como de especial interesse social, para fins de reurbanização e regularização de moradias, a área que menciona.

6 - Projeto de lei nº 1409, de 2014, de autoria da deputada Sarah Munhoz. Altera a Lei nº 14.707, de 2012, que dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas estaduais, para acrescentar incisos IV e V ao artigo 1º.

7 - Projeto de lei nº 1410, de 2014, de autoria do deputado Gilson de Souza. Declara de utilidade pública o "Instituto Sonho Vivo", em Bebedouro.

8 - Projeto de lei nº 1411, de 2014, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Plínio de Arruda" ao trevo com dispositivo de segurança situado no km 648 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Dracena.

9 - Projeto de lei nº 1412, de 2014, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Professor Manoel Izidorio Filho" ao Poupatempo localizado no Bairro Jardim São João, em Bebedouro.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1395, de 2014, de autoria da deputada Leci Brandão. Institui o "Dia Estadual do Funk de São Paulo".

2 - Projeto de lei nº 1396, de 2014, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a criar Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, com curso profissionalizante na modalidade de Agroecologia, em Rio Claro.

3 - Projeto de lei nº 1397, de 2014, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na ETEC de Aguaí, naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 1398, de 2014, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.

5 - Projeto de lei nº 1399, de 2014, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC em Ribeirão Branco.

6 - Projeto de lei nº 1400, de 2014, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC em Sumaré.

7 - Projeto de lei nº 1401, de 2014, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a implementar o Curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia na ETEC de Coronel Macedo, naquele Município.

8 - Projeto de lei nº 1402, de 2014, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a criar Unidade da Escola Técnica Estadual - ETEC com curso Profissionalizante na modalidade de Agroecologia em Barra do Turvo.

9 - Projeto de lei nº 1404, de 2014, de autoria da deputada Vanessa Damo. Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 1394, de 2014, de autoria do deputado Fernando Capez. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Artística Cine Favela", na Capital.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 1420, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, bancos privados nacionais ou internacionais, agências de fomento e agência multilateral de garantia de financiamentos.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 109, de 2013, de autoria do deputado Marcos Zerbini. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que determinem estudos e providências nos sentido de que seja alterado o § 2º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passando a ter a seguinte redação: "§ 2º - Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, nas seguintes hipóteses: 1. por força de acordo ou convenção

coletiva de trabalho; 2. por livre escolha do trabalhador que, em razão de convicções religiosas, encontrar-se impedido de exercer atividades no período após as 18 horas da sexta-feira até as 18 horas do sábado."

2 - Moção nº 113, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, para que seja dado apoio à aplicação imediata da Lei nº 12.619/2012, conhecida como Lei do Descanso ou "Lei que Salva Vidas".

3 - Moção nº 18, de 2014, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério das Comunicações e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a adoção das medidas e tratativas necessárias a fim de que a pauta de reivindicações dos trabalhadores dos Correios seja atendida e seja encerrada a greve.

4 - Moção nº 26, de 2014, de autoria da deputada Sarah Munhoz. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que o Projeto de Lei nº 2295, de 2000, que altera a Lei 7.498, de 1986, que fixa a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem em seis horas diárias e trinta horas semanais, seja finalmente colocado em votação e aprovado.

5 - Moção nº 27, de 2014, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de o Projeto de Lei nº 5440/2009, dispendo sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

6 - Moção nº 28, de 2014, de autoria do deputado Enio Tatto. Apela para o Sr. Governador a fim de que as Secretarias Responsáveis empreendam todos os esforços necessários à retomada das negociações e ao atendimento das reivindicações para a aprovação com urgência do Plano de Carreira das Etec's e Fatec's, atendendo aos direitos dos funcionários e professores do Estado.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 620, de 2014, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Ir. Mário Proietti" ao túnel localizado no km 49 da pista ascendente da Rodovia dos Imigrantes - SP 160, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 968, de 2014, de autoria da deputada Célia Leão. Institui o "Dia Estadual do Ciclista".

3 - Projeto de lei nº 1013, de 2014, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Luiz Tacca Junior" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 407+350m da Rodovia Cândido Portinari - SP 334, em Franca.

4 - Moção nº 51, de 2014, de autoria da Comissão de Transportes e Comunicações. Protesta contra os termos do Projeto de Lei nº 4.246, de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, aprovado na Câmara dos Deputados, e apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços com vistas à rejeição da referida propositura.